

Discurso por ocasião da cerimônia de encerramento do III Foro Empresarial das Américas e de abertura da III Reunião de Ministros responsáveis pelo Comércio Exterior das Américas

BELO HORIZONTE, MG, 15 DE MAIO DE 1997

É um prazer para mim estar presente ao encerramento do III Foro Empresarial das Américas, que veio trazer a contribuição do setor privado para a implantação das decisões da Cúpula de Miami, que começam a tomar a forma da Área de Livre Comércio das Américas.

A participação construtiva dos setores diretamente interessados nesse ambicioso e oportuno projeto político e econômico é fundamental.

Estou certo de que os resultados dos debates aqui realizados constituirão uma baliza muito concreta para as deliberações da III Reunião de Ministros responsáveis pelo Comércio Exterior das Américas e para a continuação do processo de discussão da Área de Livre Comércio das Américas em São José da Costa Rica e em Santiago do Chile.

Quero, por isso, agradecer a todos os empresários que vieram prestigiar o Foro Empresarial das Américas, exercendo o seu direito e cumprindo o seu dever de contribuir para que essa grande empresa dos povos americanos seja proveitosa para todos e contribua para o crescimento e a projeção internacional de todo o nosso continente.

Senhoras e Senhores, o povo e o Governo brasileiros estão profundamente honrados em receber os Ministros responsáveis pelo comércio

exterior das Américas e em sediar esta sua III Reunião, que constituirá um momento decisivo de um processo histórico de aproximação entre nossos povos.

Quero, em nome dos brasileiros, pedir aos delegados que sejam portadores dos nossos melhores sentimentos de amizade por todos os povos desta América. Que levem a nossa mensagem de confiança no futuro das Américas, que estamos construindo hoje mesmo em todos os rincões deste vasto e variado continente.

Estamos reunidos para dar continuidade – para dar realidade – a um antigo sonho continental: o de fazer destas Américas, de fato, um Novo Mundo, um mundo de promessas cumpridas e de oportunidades que se oferecem a todos os que aqui vivem em um espírito de paz e liberdade. Quisemos sediar a III Conferência Ministerial das Américas em Belo Horizonte porque buscamos aqui a inspiração que Minas Gerais tem trazido para o Brasil nos momentos mais decisivos da sua história.

Aqui se viveu uma parte considerável da saga da liberdade do Brasil; aqui se fez uma porção importante da história do desenvolvimento brasileiro; e aqui se construiu, em grande medida, a democracia de que os brasileiros hoje usufruem plenamente e com tanto proveito.

É justo que prestemos um tributo a esta terra generosa, cujo patrimônio de cultura e de realizações faz o orgulho não só do Brasil, mas de toda a América.

Minas é terra de liberdade, terra de oportunidade, terra dos melhores valores da civilização brasileira, que ajudou a projetar e construir.

A reunião de Belo Horizonte, preparada por vários encontros de Vice-Ministros, para os quais todos os países participantes contribuíram com objetividade e franqueza, é ela a própria instância preparatória da II Cúpula Hemisférica de Santiago. É, portanto, um passo importante no processo – que desejamos consolidar – de entendimentos para lançar as negociações com vistas a criar uma área de livre comércio nas Américas.

É a consciência de que novos desafios e oportunidades se apresentam no mundo de hoje o que nos move, em conjunto, a buscar fórmulas criativas para dar mais vigor ao processo de desenvolvimento em toda a nossa região, em uma base estrita de generosa reciprocidade.

Para que possa ter êxito, e estamos convencidos de podê-lo, uma área de livre comércio das Américas deve ser plausível economicamente e aceitável politicamente.

Economicamente, o livre comércio entende-se como um mecanismo que deverá permitir, em todo o hemisfério, atualizar o esforço de promoção do desenvolvimento econômico e social, à base de condições que permitam a todos os países, cada um conforme a sua circunstância própria, explorar seus espaços de competitividade e encontrar sua melhor e mais eficiente inserção no sistema econômico internacional.

Politicamente, em nossos dias, o livre comércio está associado à vocação democrática. Supõe, portanto, a participação das sociedades nesse processo e a possibilidade de que os benefícios potenciais desse esforço se façam perceptíveis aos cidadãos de cada país.

Quando erigimos a democracia necessária para integrar esse exercício, não estávamos falando de um valor abstrato, mas de um modo de convivência e de um processo decisório muito concretos, os únicos que podem propiciar a base de legitimidade e sustentação política necessárias para um projeto dessa magnitude.

Afinal, estamos trocando uma situação que, sendo conhecida, apesar de limitada, sempre pode parecer preferível ao novo, ao desconhecido, se não formos capazes de expor claramente aos nossos povos, aos nossos agentes econômicos, aos nossos trabalhadores e consumidores os benefícios reais desse projeto ambicioso na geração de empregos, riqueza e oportunidades para todos; se não formos capazes de mostrar que o cidadão, cada vez mais acostumado a ver o mundo e as relações internacionais afetarem diretamente o seu dia-a-dia, e nem sempre para melhor, ganha com essa profunda transformação que nos estamos propondo fazer.

A expressão desse respaldo democrático é a essência da soberania de cada um de nossos países, internamente e nas suas relações com os demais países hemisféricos; uma essência que não pode prescindir dos valores fundamentais de uma autêntica afirmação da nacionalidade e que significa a promoção do bem-estar e da felicidade de cada um de nossos povos, sem exclusões, sem desigualdades, sem deixá-los indefe-

sos, expostos à lei do mais forte ou do mais capacitado; uma essência que está baseada em uma visão clara, não-imediatista, do interesse nacional, padrão e baliza de tudo o que fizermos em matéria de integração econômica e único parâmetro pelo qual cada um de nossos países será capaz de julgar os resultados que formos obtendo que avancem as negociações que decidimos começar; uma essência, enfim, que não pode prescindir de uma visão de longo prazo do desenvolvimento – indo muito além, portanto, do interesse de traças comerciais facilitadas; que não pode desprezar uma convicção que, acredito, está profundamente arraigada entre todos nós: a de que nada se fará, na busca de um comércio livre e desimpedido nas Américas, que signifique alienação do interesse nacional, renuncia a conquistas já feitas, regressão a um passado que fomos capazes de superar com sacrifícios, ou que implique a submissão a esquemas de intercâmbio que não têm mais sustentação política, e muito menos social, nos dias de hoje, em nossas sociedades.

O exercício de entendimento a que nos dedicamos aqui demonstrará sua significação mais plena na medida em que revele um potencial de aprofundamento das conquistas econômicas e sociais já realizadas, ou em processo de realização, por nossos povos.

E essas conquistas são muitas. É o desenvolvimento industrial e agrícola; é a capacidade de oferecer serviços cada vez melhores e mais acessíveis aos consumidores; é a integração econômica que pouco a pouco se tem convertido em uma realidade, como no caso do Mercosul, que já se tornou uma marca conhecida e uma dimensão da imagem internacional dos países que o compõem; é a abertura e a estabilização das economias; é o esforço por criar, de forma sustentada, empregos em escala suficiente para atender a uma imensa demanda; é, enfim, o apoio da sociedade às reformas que estamos fazendo em todo o continente e que só se sustentam, na democracia, se contarem com o suporte de uma maioria firme e expressiva, que legitima as decisões tomadas e orienta as novas decisões.

Insisto: a Alca deve servir para aprofundar essas realizações, para fortalecê-las e tornar os frutos do progresso cada vez mais acessíveis aos nossos povos. É isso o que lhe dará grandeza e sustentação.

Senhoras e Senhores, uma área de livre comércio do porte e com a abrangência da que estamos procurando realizar é uma meta ambiciosa. Para que possa tornar-se factível, é preciso que esse projeto seja, necessariamente, parte de um processo mais amplo de integração e cooperação política, cultural e econômica nas Américas.

Deve ir muito além do comercial e do financeiro para gerar uma verdadeira cultura da integração hemisférica, sem hegemonias. Deve estar sustentado em nossos valores comuns, no entendimento e no respeito mútuo. A redução de tarifas permite uma aproximação entre as economias, mas a aproximação entre os povos requer um cimento mais forte, e este só se encontra no social.

A educação é um elemento-chave para alcançar-se essa dimensão mais ampla da integração, e estou convencido de que a cooperação na área educacional pode e deve encontrar um espaço privilegiado nesse novo tecido das relações hemisféricas.

E o nosso projeto deve levar em conta, ainda, que estamos integrando países que não só apresentam grande desigualdade entre si, mas também que têm desigualdades flagrantes em suas sociedades, que não podem tolerar qualquer impulso de exclusão social.

Somente uma visão integrada e sensível fará, de fato, das relações hemisféricas um vetor do desenvolvimento sustentado de todo o hemisfério e uma plataforma para sua melhor inserção no mundo.

Temos uma boa base de partida para o processo que estamos tentando colocar em marcha.

Criamos indispensável convergência sobre três pontos para qualquer exercício negociador da magnitude deste que estamos por começar. Concordamos em que as decisões só se devem tomar por consenso; que os compromissos só serão assumidos na base *single undertaking*, isto é, nada está decidido como um pacote fechado e bem amarrado; e em que a Organização Mundial do Comércio é a referência básica para as negociações.

A partir desse acordo, e seguindo o princípio do respeito mútuo e o objetivo de ganhos compartilhados e equilibrados que necessariamente devam balizar a Alca para que tenha legitimidade e sustentação política,

será possível construir uma estratégia funcional para avançarmos em nossos propósitos.

E não devemos ter pressa para avançar. A Alca que nós queremos não deve constituir uma vitória de curto prazo daqueles que buscam negócios imediatos.

Ela é uma plataforma de desenvolvimento, modernização e projeção das nossas economias. Depende, por isso de que todos nós estejamos preparados para dar esse salto qualitativo nas nossas relações hemisféricas.

O tempo que demoramos para amadurecer a Alca através de negociações cuidadosas e abrangentes não será tempo perdido.

Senhoras e Senhores, nossas sociedades têm plena consciência de que é preciso trabalhar, tanto no plano internacional como no âmbito interno de cada país, para construir essa nova América. Temos feito progressos notáveis na preparação para os desafios e oportunidades que a Alca trará e que o mundo globalizado de hoje já nos tem trazido.

Posso citar o caso do Brasil.

Temos utilizado todo o nosso tempo para promover reformas que darão ao País melhores condições para enfrentar essas desafios. Abrimos intensamente a nossa economia após mais de cinquenta anos de substituição de importações. Temos um firme compromisso de liberalização comercial, assumido na Rodada Uruguai.

Participamos do Mercosul, que deu um impulso notável à abertura brasileira e que continua sendo uma prioridade da nossa política externa e da nossa política comercial. A ele não renunciamos, nem pensamos que seja útil, para nós e para a própria Alca, que essa poderosa alavanca do comércio intra-regional se dilua mais tarde em um área de livre comércio das Américas.

Estamos reformando o Estado, privatizando portos e ferrovias, atraindo mais investimentos e tecnologia, desestatizando a economia, abrindo monopólios e privatizando empresas que consomem recursos governamentais necessários em outras áreas essenciais.

Estamos investindo em educação e saúde e promovendo o treinamento de recursos humanos em parceria com a empresa privada.

Estamos engajados na reforma agrária, através do assentamento sistemático de dezenas de milhares de famílias, que vão integrando o mercado brasileiro.

Estabilizamos a nossa economia, com um impacto sem precedentes na melhora da distribuição da riqueza no País.

O Governo brasileiro está seguindo um mandato da população e obedecendo a um imperativo dos nossos tempos. É preciso amadurecer e consolidar essa verdadeira revolução antes que nos lancemos a compromissos que só poderemos cumprir se tivermos as condições objetivas, a força e o poder para cumpri-los.

Temos consciência da importância relativa do nosso mercado e das oportunidades comerciais e de investimento que temos criado e que continuaremos a criar. É um patrimônio ao qual se somam os demais países que estão conosco nesse empreendimento.

Nunca tivemos tantas condições de levar adiante um exercício harmonioso de discussão do futuro do comércio e dos investimentos nas Américas.

O mesmo espírito que, trinta anos atrás, guiou Juscelino Kubitschek, filho dileto de Minas Gerais, na ousada proposta da sua Operação Pan-Americana renasce hoje sobre uma base mais forte de vontade política e de possibilidades concretas.

Será uma grande vitória de todos os povos desta América se conseguirmos avançar, por pouco que seja, mas com passo firme e decisivo, nessa caminhada que começou há muito e que só agora começa a desenharse como uma promessa no horizonte.

Minas Gerais é berço de homens ousados e sábios. Que a ousadia e a sabedoria de Minas nos inspirem nesta empresa que agora começamos a levar adiante, e que o espírito de liberdade e de progresso desta terra seja o valor que nos oriente nas importantes deliberações que vamos começar.

Sejam bem-vindos e tenham muito sucesso nos seus trabalhos.

Muito obrigado.

